



Advogados acusados de ligação com PCC são presos

Foram presos nesta quarta-feira (28/6), em Presidente Prudente, interior de São Paulo, os advogados Eduardo Diamante, Valéria Dammous e Libânia Catarina Fernandes Costa. Eles são acusados de ligação com a facção criminosa PCC — Primeiro Comando da Capital.

As prisões temporárias foram decretadas para facilitar as investigações do Gaeco — Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado das cidades de São Paulo e Presidente Prudente e do Ministério Público. Segundo esses órgãos, há provas de que os advogados abandonaram a atividade profissional de defesa das garantias de seus clientes, ligados ao PCC, e passaram a servir como elo entre os líderes da facção na distribuição de ordens dentro e fora dos presídios.

O prazo das prisões temporárias é de 5 dias, prorrogáveis de acordo com a necessidade das investigações.

Participação

A advogada Valéria Dammous é acusada de intermediar as rebeliões lideradas pelo PCC no estado de São Paulo e de sugerir a destruição das penitenciárias federais ainda em construção.

Libânia Catarina Fernandes Costa é acusada pela Polícia e pelo MP de ter sido contratada para transmitir ordens e tarefas para integrantes da facção, inclusive tendo contato com a movimentação financeira da quadrilha. O advogado Eduardo Diamante teria comprado telefones celulares e levado para dentro dos centros de detenção.

Bola da vez

Esta já é a quarta prisão de advogado supostamente ligado ao crime organizado esta semana. Nesta terça-feira (27/6), o advogado Nelson Roberto Vinha foi preso sob acusação de entrar com seis celulares e carregadores de bateria no Centro de Detenção Provisória de Mauá, em São Paulo. Ele foi autuado em flagrante.

Os celulares foram encontrados com os presidiários. Segundo a Polícia, os presos foram revistados antes de falar com o advogado e nada foi encontrado. Depois da conversa, os celulares e carregadores foram encontrados e apreendidos. No carro do advogado foram encontrados outros celulares.

Além disso, a OAB-SP suspendeu preventivamente os registros dos advogados Sérgio Weslei da Cunha e Maria Cristina de Souza Rachado, acusados de comprar por R\$ 200 do técnico de som da Câmara do Deputados, Arthur Vinícius Pilastres Silva, uma gravação de reunião secreta da CPI do Tráfico de Armas.

Os advogados teriam repassado as gravações da reunião secreta a integrantes da organização criminosa PCC. Chegou-se a especular que o conteúdo das gravações teria motivado as ações de violência e rebeliões em presídios que abalaram São Paulo no mês passado.

Date Created

28/06/2006